



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAU

CEP: 36.157-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



CONTRATO N° 032/2017

Contrato de prestação de serviços que entre si fazem o Município de Piau e a empresa Marcelo Mourão Vilani - ME.

O Município de Piau, com sede na Rua Silva Jardim, n° 67, por intermédio de seu Prefeito Municipal, Sr. Gilmar Aparecido Rezende de Castro, brasileiro, assinou este Contrato, bem como o Sr. Marcelo Mourão Vilani, brasileiro, representante legal da empresa MARCELO MOURÃO VILANI - ME, CNPJ 01.048.143/0001-36, situada na Rua Felipe Palhares, s/n, centro, Piau-MG, cujo objeto é a Aquisição material de limpeza para a Escola Municipal em virtude das volta às aulas.

Primeira: Para os efeitos das disposições contratuais, o Município de Piau será designado pela sigla MUNICÍPIO e a empresa MARCELO MOURÃO VILANI - ME por CONTRATADA.

SEGUNDA: A proposta fica fazendo parte integrante do Presente Contrato, ao qual se incorpora sem prejuízo das demais cláusulas;

TERCEIRA: Os serviços contratados, objeto do presente Contrato, de acordo com suas especificações e propostas tem o valor de R\$ 280,63 (duzentos e oitenta reais e sessenta e três centavos).

A CONTRATADA assume, neste ato, a responsabilidade direta e total pelos serviços.

QUARTA: O preço global estimado dos serviços contratados é de R\$ 280,63 (duzentos e oitenta reais e sessenta e três centavos) e nele estão incluídas todas as despesas com tributos, pessoal, contribuições sociais, peças, transportes, descarga e quaisquer outras despesas incluídas na transação.

QUINTA: O pagamento será efetuado através de medições mensais após a apresentação e aceitação da Nota Fiscal pelo departamento competente. O pagamento será efetuado por depósito em Conta-Corrente.

SEXTA: Na Nota Fiscal/Fatura (em duas vias) deverão ser anexadas as certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS e ao FGTS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAU

CEP: 36.157-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



SÉTIMA: Os preços ora contratados são fixos e irreajustáveis, de acordo com as condições da Lei 9.069 de 29/06/95 que dispõe sobre o Sistema Monetário Nacional que não permite reajuste no primeiro ano de contrato, assegurada manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei 8.666/93.

OITAVA: Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá a **CONTRATADA** requerer revisão dos valores face ao art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93. O equilíbrio econômico - financeiro será admitido na hipótese de alteração de preços dos serviços, devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do **MUNICÍPIO**.

NONA: Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento por responsabilidade do **MUNICÍPIO**, este se compromete a aplicar, conforme legislação em vigor, juros de mora sobre o valor devido pro-rata entre a data do vencimento e o efetivo pagamento.

DÉCIMA: O prazo contratual é de 30 (trinta) dias, contados de sua assinatura.

DÉCIMA PRIMEIRA: A **CONTRATADA** estará sujeita ao pagamento de uma multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da licitação não realizada, quando deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida, além das outras penalidades constantes do Capítulo XI do Edital;

DÉCIMA SEGUNDA: O **MUNICÍPIO** poderá, dentro do prazo contratual, reduzir ou aumentar em até 25% (vinte e cinco por cento) o valor deste contrato, ficando a **CONTRATADA** na obrigação de reduzi-lo ou aumentá-lo, nas mesmas bases de preços oferecidos.

DÉCIMA TERCEIRA: A **CONTRATADA** se obriga a manter sob sua única e exclusiva responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços contratados, reconhecendo, também, que é de sua única e exclusiva responsabilidade os danos que vier a causar ao **MUNICÍPIO**, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, responsabilizando-se pelos ressarcimentos e indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar, em decorrência da execução dos serviços, objeto do presente contrato, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**.

DÉCIMA QUARTA: A **CONTRATADA** se obriga, neste ato, a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAU

CEP: 36.157-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DÉCIMA QUINTA: A **CONTRATADA** se obriga, também, a executar os serviços dentro dos padrões técnicos recomendáveis e das especificações fornecidas, responsabilizando-se pela solidez, segurança e boa execução dos serviços e dos materiais empregados, comprometendo-se até a entrega e aceitação total dos serviços a substituir gratuitamente e a efetuar quaisquer reparos necessários, por força de vício, defeito, erros, falhas e outras irregularidades provenientes de negligência, desídia, má fé ou imperfeição do material ou peça por ela aplicada, mão de obra empregada que torne sua utilização imprópria, perigosa ou imperfeita para as finalidades a que se destina, tomando as precauções necessárias à segurança de terceiros.

DÉCIMA SEXTA: A **CONTRATADA**, por si ou por seu empregado, é responsável pelos danos causados diretamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do **MUNICÍPIO** pelo seu fiscal.

DÉCIMA SÉTIMA: Fica a **CONTRATADA** obrigada, junto aos seus empregados, a obedecer, rigorosamente, as normas de segurança do trabalho, sob pena de impedimento do trabalho do empregado sem os equipamentos devidos e suspensão dos pagamentos e, até mesmo, suspensão de todo o trabalho, respondendo o mesmo por perdas e danos. Toda e qualquer solução sob normas de segurança do trabalho (de acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência) será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**.

DÉCIMA OITAVA: A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todas as despesas referentes aos materiais e equipamentos necessários a excelente execução dos serviços.

DÉCIMA NONA: O **MUNICÍPIO** poderá rescindir este contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a **CONTRATADA**:

- a) Falir, entrar em falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) Transferir em parte, as obrigações decorrentes deste contrato, sem prévia anuência do Sr. Prefeito Municipal;
- c) Não prestar os serviços dentro dos prazos estipulados;
- d) Não apresentar as certidões atualizadas de regularidade do INSS e do FGTS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAU

CEP: 36.157-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



e) Ainda por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificado e determinado pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a Contratante e exarada no processo administrativo a que se refere este instrumento.


VIGÉSIMA: Serão observadas as disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), na execução deste contrato, no que couber.

VIGÉSIMA PRIMEIRA: Aplica-se à execução deste contrato a Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores, inclusive aos casos omissos, bem como disposições legais pertinentes à matéria.

VIGÉSIMA SEGUNDA: Os pares contratantes elegem o Foro da Comarca de Rio Novo /MG, com renúncia expressa de qualquer outro porventura existente, por mais privilegiada que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavrou-se este Contrato, que vai assinado pelas partes na presença de duas testemunhas.

Piau/MG, 01 de fevereiro de 2017.


Gilmar Aparecido Rezende de Castro
Prefeito Municipal


Marcelo Mourão Vilani
Marcelo Mourão Vilani - ME

TESTEMUNHAS:



